

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.117 - PR (2019/0038170-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
RECORRENTE : CARLOS MIGUEL MONTAGNANI
ADVOGADOS : ALESSANDRA PERES DOS SANTOS - PR085937
RODRIGO JOSE MENDES ANTUNES - PR036897
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto em favor de CARLOS MIGUEL MONTAGNANI contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (HC n. 0019603-14.2018.8.16.0000).

Consta dos autos que o recorrente está sendo processado pelos crimes de associação criminosa e peculato.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus*, perante a Corte estadual. O Tribunal impetrado, contudo, denegou a ordem (e-STJ fls. 339/361).

Opostos Embargos de Declaração, o Tribunal negou provimento ao recurso (e-STJ fls. 418/424).

No presente recurso, a defesa alega inépcia da denúncia, por *não haver delimitação da participação do acusado na prática criminosa, em descompasso com o direito à ampla defesa e ao contraditório*, argumentando que *todas as condutas imputadas ao recorrente fazem parte da rotina cartorária* (e-STJ fls. 452 e 455).

Aponta ausência de elementos mínimos de materialidade e autoria delitiva - *o Parquet não demonstra o mínimo liame entre os acusados, tampouco a estabilidade e permanência da suposta associação e que não aponta qualquer mínimo indício de que Carlos efetivamente se apropriou de valores, públicos ou particulares, de que tinha posse em razão do cargo* (e-STJ fls. 458 e 461).

Rechaça a responsabilidade penal objetiva (atribuição de um resultado danoso a um indivíduo, unicamente em razão do cargo por ele exercido) (e-STJ fl. 466).

Aponta inexistência de notificação do denunciado funcionário público, ora recorrente, para apresentar defesa preliminar, antes do recebimento da exordial acusatória, nos termos do art. 564, inciso IV 3 e art. 514, ambos do Código de Processo Penal. Para tanto, defende que *na hipótese de concurso entre o crime funcional e o crime comum, deve ser aplicado o procedimento especial de crimes funcionais, para ambos os delitos, por ser o que permite a mais ampla possibilidade de defesa e que apesar de por ora afastado da efetiva atividade pública, Carlos ainda figurava como funcionário público nos quadros do Estado do Paraná à época da decisão questionada* (e-STJ fls. 450 e 451).

Frisa haver ausência de fundamentos concretos na decisão que recebeu a denúncia, sob o argumento de que *não obstante a imputação de fatos diversos aos denunciados, a juíza de piso tratou-os como se estivessem na mesma posição fática e jurídica, utilizando a mesma fundamentação genérica e abstrata para indeferir todos os pedidos, sem analisá-los individualmente* (e-STJ fl. 445).

Nega a tipicidade da conduta de peculato, sob o fundamento de que o funcionário não tinha a posse dos valores, e sim o banco, que a juntada de certidões e comprovantes de retirada de alvarás, bem como a outorga dessas ações ao seu advogado, faziam parte de seu dever funcional, não figurando como condutas criminosas (e-STJ fls. 467/469).

Diante desse quadro, requer, em liminar, a suspensão da ação penal em curso (que tão logo será designado interrogatório) até o julgamento final desta impetração.

No mérito, pede: **a)** inépcia da denúncia; **b)** trancamento da ação, por falta de justa causa; **c)** nulidade da decisão que recebeu a denúncia;

d) nulidade da ação desde o recebimento da denúncia, por ausência de defesa prévia; *e)* declaração de atipicidade das condutas.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator